



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000919-33.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara da Família da comarca de Criciúma

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 30/2016-CGJ

Período da correição: 22-8-2016 a 24-10-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Assessora Correicional: Veruska Maluf

Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Criciúma

Unidade: Vara da Família

Municípios integrantes: Criciúma, Nova Veneza, Siderópolis e Treviso

Juiz titular: Marlon Jesus Soares de Souza

Chefe de cartório: Kleber Robison Colares

Última correição por equipe da CGJ/SC: 24-7-2016 - 0011240-35.2013.8.24.0600

Competência: Lei nº 5.624/79 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina "[...] Art. 96 - Compete-lhe como juiz de família: I - processar e julgar: a) as causas de nulidade e anulação de casamento, separações judiciais, divórcio e as demais relativas ao estado civil, bem como outras ações fundadas em direitos e deveres dos cônjuges, um para com o outro, e dos pais para com os filhos ou destes para com aqueles; b) ações de investigação de paternidade, cumuladas ou não com as de petição de herança e nulidade de testamento; [...] d) ações concernentes ao regime de bens do casamento, ao dote, aos bens parafernais e às doações antenupciais; e) causas de alimentos e as relativas à posse e guarda dos filhos menores, e de suspensão e perda do pátrio poder, respeitada a competência do juiz de menores (art.101, I, letra e); f) suprimimento de outorga do cônjuge e, em qualquer caso, o dos pais ou tutores para casamento dos filhos ou tutelados, bem como licença para alienação ou oneração de bens; g) questões relativas à instituição e à extinção do bem de família; [...] i) as medidas cautelares referentes às ações especificadas neste item e todos os feitos que delas derivarem ou forem dependentes; II - processar a habilitação e fazer celebração do casamento de colaterais legítimos ou ilegítimos, de terceiro grau, desde que um dos nubentes resida na sua comarca, despachando previamente as medidas previstas no art. 2º. e seus parágrafos do Decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941 (Lei de Proteção à Família). [...]" Resolução TJ 14/2013 Art. 1º "Além das atribuições previstas nas alíneas "a", "b", "d", "e", "f", "g" e "i" do inciso I e no inciso II do art. 96 da Lei Estadual n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, o Juízo de Direito da Vara da Família da comarca de Criciúma terá competência privativa para processar e julgar todos os feitos decorrentes da Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992, bem como para cumprir cartas de ordem e cartas precatórias relacionadas a essas ações. [...]"

Entrância: Especial



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

Indicador	Total
1.1.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.596
1.1.2 Processos em andamento	3.540
1.1.3 Procedimentos em andamento	56

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência Outubro de 2016.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

Indicador	Total
1.2.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.532
1.2.2 Processos em andamento	2.481
1.2.3 Procedimentos em andamento	51

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência Outubro de 2016.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos concluídos

Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1 Quantidade total de processos com o juiz	80	75	155

Observações

a) Informações obtidas em 05/12/2016.

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

Indicador	Total	Média
1.4.1 Janeiro a dezembro de 2014	2.533	211,08
1.4.2 Janeiro a dezembro de 2015	2.797	233,08
1.4.3 Janeiro a setembro de 2016	1.881	209,00

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

Indicador	Valor
1.5.1 Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias Família - Processo	39
1.5.1.1 Ag. Audiência	33
1.5.1.2 Ag. Encerramento do Ato	1
1.5.1.3 Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	1
1.5.1.4 Escrivão	4

Observações

a) Informações obtidas em 05/12/2016.



b) Na data de 5/12/2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:

b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 7 processos na fila. O mais antigo data de 14/10/2016.

b.2) Ag. Análise - Recursos: não existem processos na fila.

b.3) Cumprir urgente: não existem processos na fila.

b.4) Recebido do Juiz.

Recebido do Juiz - Despacho: existem 14 processos na fila. O mais antigo data de 29/8/2016.

Recebido do Juiz - Decisão: existem 2 processos na fila. O mais antigo data de 7/10/2016.

Recebido do Juiz - Sentença: existem 14 processos na fila. O mais antigo data de 16/11/2016.

b.5) Escrivão: existem 58 processos na fila. O mais antigo data de 17/8/2016.

b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 3 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.

b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos ([REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 - CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).

b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos ([REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.

Fila Petição intermediária

b.9) Ag. Análise - Juntada Automática: existem 372 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 8/11/2016.

b.10) Ag. Análise - Petições Diversas: existem 32 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 21/11/2016.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	105	20
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	2,77%	0,56%
1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação (Data da movimentação mais antiga: 25/06/2013)		
1.6.2.1	1969	1	0
1.6.2.2	2013	2	0
1.6.2.3	2014	2	0
1.6.2.4	2015	15	1
1.6.2.5	Total	20	1

Observações



- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- b) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
- c) Primeira verificação: mês de referência Julho de 2016. (fl. 14)
- d) Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2016. (fls. 44-45)

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	103	115
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	0	0
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	94	26
1.6.6	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	24	6
1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais	62	-
1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013	-	-
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013	-	-

Observações

- a) Itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.8 e 1.6.9: não se aplicam em razão da competência da unidade.
- b) Padrão de conformidade (itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.5 e 1.6.6): o relatório não deve trazer registro.
 - c) Primeira verificação em 17/08/2016. (fls. 15-18)
 - c.1) Embora o relatório não se aplique à unidade em razão da competência, no programa Inspeção Virtual foram localizados 103 processos ativos com a classe "Guarda", em tese relativas à competência da Infância e Juventude. O relatório foi encaminhado à unidade e as orientações para os ajustes foram repassadas por contato telefônico na data de 18-8-2016. (fls. 9-11)
 - c.2) Item 1.6.7: dados do mês de maio de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). A planilha indica a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido na Meta 2 do CNJ.
 - d) Segunda verificação em 05/12/2016. (fls. 49-50)
 - d.1) Embora o relatório não se aplique à unidade em razão da competência, no programa Inspeção Virtual foram localizados 115 processos ativos com a classe "Guarda", em tese relativas à competência da Infância e Juventude. (fls. 46-48)
 - d.2) Item 1.6.7: por inconsistência do sistema não foi possível a extração do relatório no momento da segunda verificação.

PENDÊNCIAS



1.6.10	Pendências em aberto (período : 01/01/1900 a 31/07/2016)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico	9	4
	Petição Intermediária	125	78
	Mandados	4	4
	AR	3	2

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
- b) Primeira verificação em 17/08/2016. (fl. 19)
- c) Segunda verificação em 05/12/2016. (fl. 51)

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	0	0
1.6.12	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0	0
1.6.13	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	0	0
1.6.14	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0	0
1.6.15	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	0	7

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- b) Primeira verificação em 17/08/2016.
- b.1) Itens 1.6.11 a 1.6.15: os relatórios não eram extraídos no tempo da primeira verificação.
- c) Segunda verificação em 05/12/2016. (fl. 52)

MANDADOS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.16	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	53	35

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- b) Primeira verificação em 17/08/2016. (fls. 20-21)
- c) Segunda verificação em 05/12/2016. (fls. 53-54)

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES



Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.17 Outros setores				
1.6.17.1 Contadoria	0	0	0	0
1.6.17.2 Contadoria - Cálculos e Atualizações	0	0	2	0
1.6.17.3 Contadoria - Custas Finais	0	0	0	0
1.6.17.4 Distribuição	0	0	0	0
1.6.17.5 Ministério Público	203	2	358	0
1.6.17.6 Petição Inicial - Ag. Digitalização	0	0	0	0
1.6.17.7 Serviço Social	35	1	33	1
1.6.17.8 Setor de Psicologia	5	2	0	0

Observações

- a) Primeira verificação em Julho de 2016 (fl. 22).
- b) Segunda verificação em Outubro de 2016 (fl. 55).

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.18 Quantidade total de processos em carga		352		268
Local	Total	+100d	Total	+100d
Cargas internas				
1.6.18.1 Assistente Social	0	0	1	0
1.6.18.2 Cartório da Distribuição	3	2	2	1
1.6.18.3 Contadoria	30	0	24	0
1.6.18.4 Juiz Marciano Donato	0	0	1	0
1.6.18.5 Juiz Marlon Jesus Soares de Souza	183	17	74	0
1.6.18.6 Ministério Público	54	0	98	0
Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.18.7 Advogado	80	5	66	2
1.6.18.8 Órgãos Externos	0	0	2	0
1.6.18.9 Porteiro / Leiloeiro	2	0	0	0

Observações

- a) Primeira verificação: mês de referência Julho de 2016 (fl. 23).
- b) Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2016 (fl. 56).
- c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).

1.6.19 Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+30d	Total	+30d
Atendimento				
1.6.19.1 Cartório - Recebido do Advogado	0	0	3	0
1.6.19.2 Cartório - Recebido do Contador	0	0	0	0



1.6.19.3	Cartório - Recebido do Juiz	32	3	7	3
1.6.19.4	Cartório - Recebido do Promotor	0	0	0	0
Remessa/recebimento/relação/certificação					
1.6.19.5	Cartório - Ag. confecção de relação	31	1	12	0
1.6.19.6	Cartório - Aguardando	22	3	13	4
1.6.19.7	Cartório - Aguardando AR	10	1	10	0
1.6.19.8	Cartório - Aguardando carta precatória	33	19	22	17
1.6.19.9	Cartório - Aguardando mandado	22	13	34	15
1.6.19.10	Cartório - Aguardando publicação relação	170	25	174	47
1.6.19.11	Cartório - Arquivar	16	5	35	7
1.6.19.12	Cartório - Escaninho Delegacia	0	0	0	0
1.6.19.13	Cartório - Escaninho do Advogado	0	0	1	1
1.6.19.14	Cartório - Escaninho do Juiz	63	4	12	0
1.6.19.15	Cartório - Escaninho do Promotor	81	1	42	0
1.6.19.16	Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	52	4	36	1
1.6.19.17	Cartório - Mesa do Escrivão	37	23	46	33
1.6.19.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	3	0	1	0
1.6.19.19	Cartório - Mesa 01 a 10	2	0	3	0
1.6.19.20	Cartório - Prazo 1 a 31 Expedição/cumprimento	52	10	19	17
1.6.19.21	Cartório - Cumprir despacho	11	2	8	1
1.6.19.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.19.23	Cartório - Expedir alvará	4	1	3	1
1.6.19.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.19.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.19.26	Cartório - Expedir formal	0	0	0	0
1.6.19.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.19.28	Cartório - Expedir precatória	0	0	0	0
1.6.19.29	Cartório - Aguardando Juntada Organização/juntada	28	0	28	1
1.6.19.30	Cartório - Aguardando petição	22	1	44	1
1.6.19.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0	0	0	0

Observações

- Primeira verificação em 17/08/2016. (fl. 24) Escaninho do Juiz (fls. 25-26)
- Segunda verificação em 05/12/2016. (fl. 57) Escaninho do Juiz (fls. 58)
- Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1 Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.2 Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.3 Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.4 Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.5 Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6 Mandados de prisão em aberto com erros	109	35
1.7.7 Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	0	0

Observações

- Itens 1.7.1 a 1.7.5 e 1.7.7: não se aplica em razão da competência da unidade.
- Padrão de conformidade:
 - Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.
 - Item 1.7.7: O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.
- Primeira verificação em 17/08/2016. (fls. 27-31)
- Segunda verificação em 05/12/2016. (fls. 59-60)

1.7.8 Réu Preso Provisório	0	0
Réu Preso Definitivo	1	1
Total	1	1

Observações

- Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.
- Primeira verificação em 17/08/2016.
- Segunda verificação em 05/12/2016. (fl. 61)

[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]

Observações

[REDACTED]



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1 Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	-	-
1.8.2 Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	-	-
1.8.3 Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	-	-
1.8.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	-	-

Observações

- a) Itens 1.8.1 a 1.8.4: não se aplica em razão da competência da unidade.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1 Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	-	-

Observações

- a) Item 1.9.1: não se aplica em razão da competência da unidade.



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2016.

Geraldo Della Giustina
Assessor Técnico Correicional - Mat. 3.059

Veruska Maluf
Assessora Correicional - Mat. 17.068

André Pacheco
Analista Jurídico - Mat. 20.683